

DISPOSIÇÕES PREAMBULARES

ARTIGO 1º

(Âmbito de aplicação)

O presente texto constitui a parte até agora acordada do Estatuto Unificado do Pessoal, designado abreviadamente por EUP e passa a obrigar, por um lado, a Empresa de Electricidade da Madeira - Sociedade Anónima, EEM,-SA designada no texto por Empresa e, por outro lado os trabalhadores do quadro do pessoal permanente, qualquer que seja o local de trabalho.

ARTIGO 2º

(Entrada em vigor)

O regime estabelecido no texto ora apresentado do EUP entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação, sendo aplicável aos trabalhadores que não obstante terem atingido o limite de idade legalmente previsto, tenham continuado ao serviço da empresa.

ARTIGO 3º

(Abonos, prémios e subsídios a eliminar)

Após a entrada em vigor do texto ora apresentado deixará de ter aplicação a regulamentação anteriormente existente na EEM referente à matéria tratada no presente texto.

ARTIGO 4º

(Sistematização)

- A arrumação das matérias e numeração dos artigos agora dada, não tem carácter definitivo.
- A sistematização e numeração definitiva será a que vier a ser estabelecida no texto final e completo do EUP.

CAPÍTULO I
COMPLEMENTOS DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA
SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
ARTIGO 1.º
(Princípio geral)

- A empresa complementa os benefícios concedidos pelas instituições oficiais de previdência nos casos e termos previstos nos capítulos seguintes.
- Os complementos referidos no número anterior serão concedidos sem prejuízo do disposto na alínea e) do nº 1 e no nº 2 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 519-C1/79, de 29 de Dezembro, excepto aqueles que vierem a ser considerados direitos adquiridos.
- Os valores dos complementos concedidos serão calculados nos termos previstos nos artigos seguintes, em função da totalidade do tempo de serviço e das remunerações auferidas, não podendo ultrapassar os limites estabelecidos pelas instituições oficiais de previdência a que o trabalhador esteja, tenha estado ou continuasse adstrito, segundo o regime que num caso ou noutro lhe for mais favorável.
- O limite previsto no número anterior não se aplica aos complementos, actualmente, em vigor na empresa, os quais são considerados direitos adquiridos.

ARTIGO 2º
(Benefícios complementares)

- A empresa atribui complementos aos seguintes benefícios diferidos: pensão por invalidez, pensão de reforma por velhice, pensão de sobrevivência e subsídios por morte.
- A empresa atribui ainda complementos aos seguintes, benefícios imediatos: subsídio na doença, subsídio de maternidade, subsídio de abono de família, subsídio de nascimento, subsídio para descendentes incapazes, subsídio de casamento e subsídio de funeral.

ARTIGO 3º
(Prazo de garantia)

Salvo nos casos expressamente contemplados nos capítulos seguintes, a atribuição dos complementos depende da verificação dos prazos de garantia estabelecidos no regime oficial de previdência.

SECÇÃO II
BENEFÍCIOS DIFERIDOS
SUB-SECÇÃO I
COMPLEMENTO DA PENSÃO POR INVALIDEZ
ARTIGO 4º
(Reconhecimento da situação de invalidez)

Compete às instituições oficiais de previdência o reconhecimento da situação de invalidez.

ARTIGO 5º
(Início da atribuição, suspensão, duração e pagamento do complemento)

1 - O complemento da pensão por invalidez é atribuído a partir do dia 1 do mês seguinte àquele em que a empresa tome conhecimento oficial da passagem do trabalhador à situação de invalidez.

2 - O complemento a que se refere o número anterior suspende-se e termina sempre que seja suspensa ou cesse a pensão por invalidez concedida pelas instituições oficiais de previdência.

- O complemento é pago catorze vezes por ano, sendo uma em cada mês do ano civil, uma no final do mês de Junho e uma pelo Natal.

ARTIGO 6º
(Cálculo do complemento atribuído pela Empresa)

- O complemento da pensão por invalidez atribuído pela empresa é de montante equivalente à diferença entre o valor mais elevado, concedido por qualquer das instituições oficiais de previdência a que o trabalhador esteja, tenha estado ou continuasse adstrito e o valor da pensão efectivamente concedida.

- A retribuição do mês anterior à passagem à situação de invalidez (R) é integrada pelo valor ilíquido das seguintes parcelas:

Rb - Remuneração base;

Ra - remuneração por antiguidade;

Rt - retribuição por regime de trabalho que o trabalhador tenha direito a manter nos termos do AE/EEM ou deste Estatuto, ou remanescentes a elas reportadas;

Rr - Remanescente da remuneração normal mensal que o trabalhador esteja a receber.

ARTIGO 7º
(Regras para a contagem da antiguidade)

A contagem da antiguidade faz-se no dia um de Janeiro de cada ano civil e obedece às seguintes regras:

É unicamente considerado o tempo de trabalho prestado à EEM e às empresas ou outras entidades ou serviços que a antecederam, foram ou vierem a ser integrados ou transferidos, salvo se diferentemente houver sido acordado;

Os períodos de trabalho a tempo parcial, quando os houver, serão reduzidos a períodos de trabalho a tempo inteiro, salvo se diferentemente houver sido acordado;

O primeiro ano de antiguidade conta-se no dia um de Janeiro do ano seguinte àquele em que o trabalhador inicia a sua actividade.

ARTIGO 8º
(Princípio geral de actualização do complemento da pensão por invalidez)

- O complemento da pensão por invalidez será calculado, para o efeito de actualização, sempre que haja alterações da remuneração normal de carácter geral no âmbito da empresa.

ARTIGO 9º
(Correcção do complemento em consequência do aumento da pensão por invalidez concedido pelas instituições oficiais de previdência)

Sempre que tenha lugar um aumento na pensão concedida pelas instituições oficiais de previdência, o complemento atribuído pela empresa será diminuído de quantia igual ao aumento verificado.

SUB-SECÇÃO II
**COMPLEMENTO DA PENSÃO DE REFORMA E OU APOSENTAÇÃO
POR VELHICE**

ARTIGO 10º
(Idade da reforma e ou aposentação por velhice)

O trabalhador adquire o direito à pensão de reforma e ou aposentação por velhice logo que atinja a idade para o efeito prevista pelas instituições oficiais de previdência.

ARTIGO 11º
(Limite de permanência ao serviço)

A permanência ao serviço da empresa cessa no último dia do mês em que o trabalhador requerer às instituições oficiais de previdência a pensão de reforma e ou aposentação por velhice, mas a data limite de permanência ao serviço é a que corresponder ao último dia do mês em que o trabalhador complete 70 anos de idade.

ARTIGO 12º

(Comunicação da passagem à situação de reforma e ou aposentação)

O trabalhador que tenha adquirido o direito à pensão de reforma e ou aposentação nos termos do artigo 10º e dele pretenda usar antes de atingir os 70 anos de idade, deverá do facto dar conhecimento à empresa na data da apresentação do respectivo requerimento às instituições oficiais de previdência.

ARTIGO 13º

(Início da atribuição, suspensão, duração e pagamento do complemento)

- O complemento da pensão de reforma e ou aposentação por velhice é atribuído com carácter vitalício a partir do dia um do mês seguinte àquele em que o trabalhador, por esse motivo, cesse a sua actividade na empresa e suspende-se sempre que seja suspensa a pensão concedida pelas instituições oficiais de previdência.

- Ao pagamento do complemento de pensão de reforma e ou aposentação por velhice é aplicável o disposto no nº 3 do artigo 5º.

ARTIGO 14º

(Cálculo do complemento da pensão de reforma e ou aposentação por velhice e sua actualização)

O cálculo do complemento da pensão de reforma e ou aposentação por velhice atribuído pela empresa obedece às regras estabelecidas no artigo 6.º, com as necessárias adaptações.

SUB-SECÇÃO III

ACTUALIZAÇÃO DO COMPLEMENTO DA PENSÃO DE REFORMA E OU APOSENTAÇÃO POR VELHICE

ARTIGO 14º-A

(Princípio geral)

- A presente matéria tem por objectivo o estabelecimento das regras a que deve obedecer a actualização do complemento das pensões de reforma e ou aposentação por velhice atribuído pela empresa com base nos direitos adquiridos.

- A actualização do valor do complemento da pensão da reforma e ou aposentação por velhice será recalculada sempre que haja alteração da remuneração normal de carácter geral no âmbito da empresa.

- A antiguidade considerada para efeito da actualização do complemento de pensão de reforma e ou aposentação por velhice é a que serviu de base do cálculo inicial do mesmo complemento.

- Sempre que do processo de actualização resultem valores menores do que aqueles que estão a ser praticados, manter-se-ão estes, sendo a diferença considerada como remanescente.

ARTIGO 14º - B
(Aumento das pensões concedidas pelas instituições oficiais de previdência)

Na actualização do complemento de pensão de reforma e ou velhice serão consideradas as revisões das pensões concedidas pelas instituições oficiais de previdência, sendo os complementos atribuídos pela empresa deduzidos dos aumentos verificados nessas mesmas pensões.

SECÇÃO III
BENEFÍCIOS IMEDIATOS
SUB-SECÇÃO I
COMPLEMENTO DO SUBSÍDIO NA DOENÇA
ARTIGO 15º
(Complemento atribuído pela empresa)

A empresa atribui aos trabalhadores do quadro do pessoal permanente, durante o período de baixa por doença, um complemento ao subsídio concedido pelas instituições oficiais de previdência, o qual será calculado nos termos do art. 6.º, com as necessárias adaptações.

ARTIGO 16º
(Início da atribuição, pagamento e duração do complemento)

1 - O complemento do subsídio na doença é atribuído quando for o subsídio concedido pelas instituições oficiais de previdência e é pago com a retribuição mensal.

2 - O complemento a que se refere o número anterior cessa nos mesmos casos em que as instituições oficiais de previdência fazem cessar o benefício correspondente e ainda sempre que o trabalhador, sem prejuízo do disposto nos números seguintes, se oponha à realização de inspecção médica promovida pela empresa ou a ela não compareça, sem justificar a falta, bem como quando a inspecção médica não confirme a doença.

3 - No caso da inspecção médica referida no número anterior não confirmar a doença, pode o trabalhador exigir um novo exame, por uma junta médica de que faça parte um médico da sua escolha.

4 - A junta médica referida no número anterior terá que ser requerida no prazo máximo de três dias úteis a partir do conhecimento do resultado da inspecção médica e deverá realizar-se no prazo máximo de oito dias úteis, contados da recepção do requerimento do trabalhador.

5 - O trabalhador requerente indicará, no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da data do requerimento, o médico de sua escolha, ficando os honorários deste de conta da empresa, se a junta confirmar a doença e de conta do trabalhador, no caso contrário.

SUB-SECÇÃO II
COMPLEMENTO DE ABONO DE FAMÍLIA
ARTIGO 17º
(Complemento atribuído pela Empresa)

1 - A empresa atribui um complemento de abono de família aos trabalhadores do quadro do pessoal permanente ou pensionistas, nos casos e condições em que as instituições oficiais de previdência lhes concedem tal benefício.

2 - O complemento referido no número anterior é também atribuído pela empresa sempre que o abono de família concedido pelas instituições oficiais de previdência seja pago ao cônjuge do trabalhador ou pensionista que não receba da sua entidade patronal qualquer complemento a esse título.

ARTIGO 18º
(Cálculo do complemento)

1 - O complemento do abono de família atribuído pela empresa é calculado pela seguinte fórmula:

Caf = 1% da Br 23

Complemento de abono de família 1,0% da Base de Remuneração 23 – 14,66 €

ARTIGO 19º
(Início, suspensão, duração e pagamento do complemento)

O complemento do abono de família começa a ser atribuído pela empresa, é suspenso e termina nos mesmos casos e termos em que estas situações se verifiquem no regime oficial da previdência.

CAPÍTULO II
REFORMA ANTECIPADA
ARTIGO 20º
(Direito de antecipar a reforma)

- Os trabalhadores do quadro do pessoal permanente com uma antiguidade igual ou superior a 36 anos, têm direito a antecipar a data da sua passagem à situação de reforma e ou aposentação por velhice.

- Para efeitos do disposto no número anterior a contagem da antiguidade faz-se nos termos do disposto no artigo 7º.

- Os trabalhadores que desejem usar do direito conferido neste artigo deverão, com a antecedência de doze meses, comunicar à empresa a data em que pretendem passar à situação de reforma antecipada, podendo este período ser encurtado desde que não haja inconveniente para o serviço.

ARTIGO 21º
(Reforma antecipada por razões de gestão)

- A empresa pode também por razões de gestão propor aos trabalhadores do quadro do pessoal permanente com mais de 55 anos de idade ou 34 anos de antiguidade que antecipem a data da sua passagem à situação de reforma e ou aposentação por velhice.
- A antecipação de reforma e ou aposentação previstas no número anterior só pode tornar-se efectiva mediante acordo do trabalhador do qual será obrigatoriamente dado conhecimento às ERTs.

ARTIGO 22º
(Obrigação de requerer a reforma e ou aposentação por velhice)

- 1 - Os trabalhadores que passem à situação de reforma e ou aposentação antecipada ficam obrigados a requerer às instituições oficiais de previdência, a sua passagem à situação de reforma e ou aposentação por velhice, logo que atinjam a idade para o efeito prevista na respectiva legislação.
- 2 - O disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores em situação de reforma e ou aposentação antecipada proposta pela empresa por razões de gestão que, ao atingir a idade normal de passagem à situação de reforma, não tenham ainda 30 anos de antiguidade, os quais só ficam obrigados a requerer às instituições oficiais de previdência a sua passagem à situação de reforma e ou aposentação por velhice nas datas limites previstas no artigo 11º, para a permanência ao serviço.
- 3 - A empresa interrompe o pagamento da retribuição ao trabalhador que não cumpra a obrigação imposta nos números anteriores.

ARTIGO 23º
(Passagem à situação de invalidez)

- Os trabalhadores que durante o período de reforma e ou aposentação antecipada se tenham tornado inválidos poderão requerer às instituições oficiais de previdência a passagem à situação de invalidez.
- Os trabalhadores que nas circunstâncias referidas no número anterior passem à situação de invalidez deverão, do facto, dar imediato conhecimento à empresa.

ARTIGO 24º
(Regime dos trabalhadores em situação de reforma e ou aposentação antecipada)

- 1 - A remuneração anual dos trabalhadores em situação de reforma e ou aposentação antecipada, é igual a 14 vezes a que serviria de base do cálculo da sua pensão de reforma e ou aposentação tal como se encontra definida nos nºs 1 e 2 do artigo 6º e varia de acordo com qualquer alteração da remuneração normal, de carácter geral, operada no âmbito da empresa.

2 - A empresa obriga-se durante o período de reforma e ou aposentação antecipada a processar e dar o destino legal aos descontos e impostos a que o trabalhador se encontre sujeito.

3 - Os trabalhadores em situação de reforma e ou aposentação antecipada não poderão ser promovidos nem, em qualquer circunstância, reassumir o trabalho na empresa ficando, para todos os efeitos que não pressuponham a efectiva prestação de trabalho, equiparados aos trabalhadores no activo.

SUB-SECÇÃO III
COMPLEMENTO DA PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA
ARTIGO 25º
(Titulares do direito à pensão de sobrevivência)

Têm direito ao complemento da pensão de sobrevivência atribuída pela empresa, os sobreviventes dos trabalhadores do quadro do pessoal permanente a quem as instituições oficiais de previdência reconheçam direito àquela pensão.

ARTIGO 26º
(Início da atribuição, suspensão, duração e pagamento do complemento)

1 - O complemento da pensão de sobrevivência é atribuído a partir do dia um do mês seguinte ao do falecimento do trabalhador.

2 - O complemento da pensão de sobrevivência será suspenso nos mesmos casos e pelo mesmo tempo em que o seja, pelas instituições oficiais de previdência, a respectiva pensão.

3 - O complemento da pensão de sobrevivência extingue-se nos mesmos casos em que as instituições oficiais de previdência considerem extinta a respectiva pensão; mas no caso de extinção por casamento do pensionista a empresa não atribui qualquer complemento do subsídio especial concedido pelas instituições oficiais de previdência.

4 - Ao pagamento do complemento da pensão de sobrevivência é aplicável o disposto no nº 3 do artigo 5º

ARTIGO 27º
(Cálculo do complemento atribuído pela Empresa)

O complemento da pensão de sobrevivência atribuído pela empresa é calculado nos termos do artigo 6º, com as necessárias adaptações.

ARTIGO 28º
(Complemento da pensão de sobrevivência por morte resultante de acidente ou doença profissional)

O complemento da pensão de sobrevivência por morte resultante de acidente de trabalho ou doença profissional será calculado nos termos do artigo 6º com as necessárias adaptações.

SUB-SECÇÃO IX
COMPLEMENTO DO SUBSÍDIO POR MORTE
ARTIGO 29º
(Titulares do direito ao complemento do subsídio por morte)

- Têm direito ao complemento do subsídio por morte, atribuído pela empresa, os sobreviventes dos trabalhadores do quadro do pessoal permanente ou pensionistas por invalidez ou por velhice falecidos, a partir da data da aprovação deste estatuto, a quem as instituições oficiais de previdência concedem tal subsídio.
- Sempre que haja mais que um sobrevivente com direito ao complemento referido no número anterior, será este repartido nos termos estabelecidos no regime oficial de previdência.
- O pagamento do complemento a que se refere este artigo é feito uma só vez.

ARTIGO 30º
(Cálculo do complemento)

O complemento do subsídio por morte atribuído pela empresa é calculado nos termos do artigo 6º com as necessárias adaptações.

SUB-SECÇÃO V
COMPLEMENTO DO SUBSÍDIO DE MATERNIDADE
ARTIGO 31º
(Complemento atribuído pela Empresa)

A empresa atribui às mulheres trabalhadoras do quadro do pessoal permanente um complemento do subsídio de maternidade concedido pelas instituições oficiais de previdência.

ARTÍGO 32º
(Cálculo do complemento atribuído pela Empresa)

O complemento atribuído pela empresa é calculado nos termos do art. 6º com as necessárias adaptações.

ARTIGO 33º
(Início e duração do complemento)

1 - O complemento do subsídio de maternidade é atribuído quando e enquanto as instituições oficiais de previdência concederem e mantiverem o correspondente subsídio.

2 - O pagamento do complemento é feito com o da retribuição mensal.

SUB-SECÇÃO VI
COMPLEMENTO DO SUBSÍDIO DE NASCIMENTO

ARTIGO 34º
(Complemento atribuído pela Empresa)

A empresa atribui um complemento do subsídio de nascimento aos trabalhadores do quadro do pessoal permanente ou pensionistas, nos casos e condições em que as instituições oficiais de previdência concedem tal benefício.

ARTIGO 35º
(Cálculo do complemento)

O complemento do subsídio de nascimento atribuído pela empresa é calculado nos termos do artigo 6º, com as necessárias adaptações.

SUB-SECÇÃO VII
COMPLEMENTO DO SUBSÍDIO POR DESCENDENTES INCAPAZES

ARTIGO 36º
(Complemento atribuído pela Empresa)

A empresa atribui um complemento do subsídio por descendentes incapazes aos trabalhadores do quadro do pessoal permanente e pensionistas, nos casos e condições em que as instituições oficiais de previdência concedem tal benefício.

ARTIGO 37º
(Cálculo do complemento)

O complemento de subsídio por descendentes incapazes é calculado nos termos do artigo 6º, com as necessárias adaptações.

ARTIGO 38º
(Início, suspensão, duração e pagamento do complemento)

1 - O complemento do subsídio por descendentes incapazes atribuído pela empresa tem o seu início, e é suspenso nos mesmos casos e termos em que estas situações se verificam no regime oficial da previdência e tem carácter vitalício.

2 - O pagamento deste complemento é feito com a da remuneração mensal.

SUB-SECÇÃO VIII
COMPLEMENTO DE SUBSÍDIO DE CASAMENTO
ARTIGO 39º
(Complemento atribuído pela Empresa)

- A empresa atribui um complemento do subsídio de casamento aos trabalhadores do quadro do pessoal permanente nos casos e condições em que as instituições oficiais de previdência concedem tal benefício
- O complemento referido no número anterior é também atribuído aos trabalhadores que casem durante o período experimental, no caso de se vir a verificar o seu ingresso definitivo no quadro do pessoal permanente.

ARTIGO 40º
(Cálculo do complemento)

O complemento do subsídio de casamento atribuído pela empresa é calculado nos termos do artigo 6º, com as necessárias adaptações.

SUB-SECÇÃO IX
COMPLEMENTO DO SUBSÍDIO DE FUNERAL
ARTIGO 41º
(Complemento atribuído pela Empresa)

A empresa atribui um complemento do subsídio de funeral aos trabalhadores do quadro do pessoal permanente, pensionistas ou familiares de uns e outros, nos casos e condições em que as instituições oficiais de previdência lhes concedem tal benefício.

ARTIGO 42º
(Cálculo do complemento)

O complemento do subsídio de funeral atribuído pela empresa é calculado nos termos do artigo 6º, com as necessárias adaptações.

CAPITULO III
SAÚDE
ARTIGO 43º
(Princípio Geral)

A empresa mantém um esquema complementar de assistência médica e medicamentosa prestada pelos serviços médicos oficiais.

ARTIGO 44º
(Esquema complementar e âmbito da sua aplicação)

O esquema complementar assegurado pela empresa compreende a utilização das infra-estruturas existentes ou a criar, o serviço do pessoal médico, paramédico e administrativo.

ARTIGO 45º
(Utentes)

Têm direito a utilizar o esquema complementar assegurado pela empresa os trabalhadores do quadro permanente, os pensionistas da empresa, bem como os eventuais, ainda que se encontrem em regime de período experimental.

ARTIGO 46º
(Postos Médicos)

A empresa disporá, sempre que obtido o acordo dos serviços médicos oficiais, de postos médicos privativos neles integrados, nos locais de trabalho onde o número de utentes o justifiquem.

ARTIGO 47º
(Disposição Transitória)

A empresa compromete-se a rever a matéria constante do presente capítulo desde que seja alterado o esquema de assistência médica actualmente vigente na Região ao abrigo da convenção.